



A retórica no Brasil: Um pouco da história

Eliana Amarante de M. Mendes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Resumo

Neste trabalho, apresenta-se um breve relato sobre a presença da retórica no Brasil, herança que nos foi legada por nossos colonizadores portugueses. A retórica, como se verá, teve importantes implicações não só no ensino da língua e da literatura vernáculas no Brasil, mas também, segundo alguns estudiosos, até mesmo na formação do caráter do povo brasileiro.

Palavras-chave: história; retórica; Brasil

Abstract

This work presents a brief account about the presence of rhetoric in Brazil, inheritance that was bequeathed to us by our Portuguese colonizers. The rhetoric, as will be seen, had important implications not only in the teaching of vernacular language and literature in Brazil, but also, according to some scholars, even in forming the character of the Brazilian people.

Keywords: history; rhetoric; Brazil

Introdução

A exemplo de toda a Europa, que viveu no Humanismo Renascentista um renovado interesse pelos textos clássicos—com ênfase na retórica, principalmente nas obras de Aristóteles, Cícero e Quintiliano—, também no Brasil, por influência de Portugal, a retórica foi muito difundida. Chegou aqui pelas mãos dos padres jesuítas, que vieram em 1549 e aqui permaneceram até 1759, ou seja, por 210 anos. Essa retórica aqui chegada, a mesma praticada à época em toda a Europa, caracteriza-se por restaurar a ortodoxia retórica na fidelidade aos clássicos, o que se costuma chamar de “ciceronianismo jesuítico:” os jesuítas confiam no poder da palavra, considerada um prolongamento da palavra divina.

Um importante testemunho do tipo de retórica trazida ao Brasil pelos jesuítas é o *Sermão da Sexagésima*, do Padre Antônio Vieira, em que o jesuíta defende o ponto de vista de que não se conseguem bons frutos com a palavra de Deus porque o pregador não sabe pregar, ou seja, não domina as estratégias da persuasão retórica. Nessa homilia, Vieira defende essa sua tese, apresentando uma verdadeira aula de retórica:

Há-de tomar o pregador uma só matéria; há-de defini-la, para que se conheça; há-de dividi-la, para que se distinga; há-de prová-la com a Escritura; há-de declará-la com a razão; há-de confirmá-la com o exemplo; há-de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que hão-de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar; há-de responder às dúvidas, há-de satisfazer as dificuldades; há-de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários; e depois disto há-de colher, há-de apertar, há-de concluir, há-de persuadir, há-de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto. (Vieira, 1955, p. 4)

A despeito da perfeição retórica vieirina, muito difundida e louvada em seus vários sermões, a retórica que se disseminou no Brasil, através dos próprios padres jesuítas, muito se afastou desse ideal.ⁱ

Entretanto, não só a homilética foi responsável pela difusão da retórica no Brasil. Além da literatura,ⁱⁱ outros documentos históricos da época, relatos e cartas contendo narrativas de pregadores e visitantes, segundo Massimi e Freitas (2007, pp. 111-135), registram narrativas sobre o uso, pelos jesuítas, do recurso retórico da *accommodatio* para propiciar a comunicação entre os jesuítas e os indígenas. A *accommodatio* implica o conhecimento psicológico do outro como base para o estabelecimento de novas relações e para persuadir eficazmente—no caso, evangelizar—um povo culturalmente diferente.

A herança portuguesa

A importância da retórica no Brasil, na opinião do historiador José Murilo de Carvalho (1998, pp. 149-168), é decorrente da tradição escolástica portuguesa, predominante no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra. Isso porque muitos jovens brasileiros, filhos de membros da nossa elite intelectual e política, foram formados nessas instituições portuguesas. Daí, retornados ao Brasil, já estavam imbuídos dessa tradição escolástica e traziam a retórica em sua bagagem intelectual.

Os jesuítas, em Portugal desde 1555, eram os responsáveis pelo Colégio das Artes (estudos menores). No entanto, indiretamente, exerciam também o controle dos

estudos superiores na Universidade de Coimbra, já que esse colégio era a passagem obrigatória para todos os candidatos à universidade.

A partir de 1599, com a introdução da primeira versão da *Ratio Studiorum*,ⁱⁱⁱ o método de estudo jesuítico, segundo Battistini (1991, p. 79), maior relevo ainda foi dado à retórica, uma vez que a formação prevista nesse método dava grande ênfase à antiga arte.

Além do fato de muitos brasileiros terem se formado em Portugal, portanto de formação jesuítica, também no Brasil colonial as principais escolas eram jesuítas. Só entre 1554 e 1570, foram fundadas pelos jesuítas cinco escolas de ensino elementar no Brasil—em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente, São Paulo—e três colégios: no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Conseqüentemente, a exemplo do que ocorria em Portugal, no Brasil, do mesmo modo, o currículo dos colégios jesuítas dava muita importância à gramática e à retórica, uma vez que se pretendia formar jovens eloquentes e capazes de escrever bem. Para os jesuítas, a gramática era a base imprescindível para os estudos superiores de retórica. Também a formação literária do nosso aluno se apoiava, principalmente, na leitura dos grandes autores clássicos gregos e romanos e era dada uma grande ênfase ao estudo da *Retórica* e da *Poética* de Aristóteles.

O curso de Letras ou Humanidades, que durava sete anos, era dividido em três partes: gramática, humanidades e retórica. Por sua vez, o curso de retórica, normalmente, incluía três aspectos principais: regras de oratória, estilo e erudição. O livro didático adotado pelos jesuítas no Brasil era *A Arte da gramática*, do Padre Manoel Álvares.^{iv} As aulas de retórica eram complementadas com o estudo de História, Geografia e Cronologia.

A retórica depois da expulsão dos jesuítas

Em 1759 os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias, inclusive do Brasil, pela reforma promovida pelo Marquês de Pombal.^v Segundo Maria Lucília Gonçalves Pires (1991), na Introdução e notas a Verney, a reação antijesuítica em Portugal, liderada por Pombal, atingiu de cheio o Colégio e a Universidade. A reforma dos estudos menores se deu em 1759, a da Universidade, em 1772. Ambas se apoiaram na obra de Luís Antônio Verney, frade da ordem oratoriana, filósofo, teólogo, professor e escritor português, autor do *Verdadeiro Método de Estudar*, (primeira edição em 1746), com o intuito de combater, e substituir, a *Ratio Studiorum*. Trata-se de uma obra redigida sob a forma epistolar, consistindo de dez cartas, em que Verney aborda questões relacionadas às disciplinas que eram lecionadas à época em Portugal e outras questões pedagógicas, como, por exemplo, o acesso da mulher à cultura. Na esteira do pragmatismo pombalino, a reforma buscou introduzir na universidade novas matérias (Matemática e Filosofia,

entendendo-se, por esta última, as ciências naturais, a física e a química), ou reformar o conteúdo e o método de ensino de matérias antigas: o método do ensino do Latim e a concepção da retórica, nos estudos menores.

Em relação à retórica não houve, como se poderia esperar, nenhuma tentativa de exclusão de seu ensino. Verney buscou somente alterar o conteúdo da retórica e ampliar seu alcance, resgatar seu caráter clássico, tendo como modelo a tradição de Quintiliano, Cícero, Aristóteles e Longino, o que se pode ver na parte dedicada à arte dos antigos do seu *Verdadeiro Método de Estudar*. Verney ataca pesadamente o péssimo gosto da oratória portuguesa, principalmente a prática do uso excessivo de ornamentos estilísticos e de tropos, a afetação dos discursos. Segundo Verney (1991, p. 47), a retórica em si não constituía problema. A ignorância do que fosse a retórica é que gerava todos os problemas. Para ele, como arte de persuadir, ela é utilíssima, aplica-se a todas as circunstâncias da vida: "todo lugar é teatro para a retórica." Entendia que os portugueses não sabiam o que era retórica, seja por não a estudarem ou por a estudarem nos manuais jesuítas que considerava de péssimo nível. O mal da retórica jesuítica era que se reduzia à *elocutio*, ao estudo dos tropos e das figuras, parte mínima e menos importante. No seu entendimento, era preciso adotar outra concepção de retórica e outro método para ensiná-la, elegendo ele, como guia, a tradição clássica.

Segundo Andrade (1981, p.92), o alvará régio de 1759 que reformou os estudos menores tinha como anexo "Instruções para os Professores de Retórica." Nelas, inspirando-se em Verney, fazia-se apologia da utilidade da retórica, ciência que ordena os pensamentos, a sua distribuição e ornato: "E, com isto, ensina todos os meios e artifícios para persuadir os ânimos e atrair as vontades." "É, pois, a Retórica a arte mais necessária no comércio dos homens, e não só no Púlpito ou na Advocacia, como vulgarmente se imagina."

A reforma pombalina, portanto, segundo Ramos Carvalho (1978, p. 64) tanto em Portugal como no Brasil, não só não desvalorizou a retórica, mas, pelo contrário, tentou aumentar sua importância e escopo de atuação.^{vii} Evidências disso são o fato de a política reformista ter exigido, a partir de 1763, aprovação em exame de retórica para admissão à Universidade de Coimbra e o fato de as aulas-régias, instituídas tanto na metrópole como nas colônias para substituir os colégios da Companhia de Jesus, incluírem o ensino da retórica ao lado do ensino do vernáculo, do Latim, do Grego, da Poética e da Filosofia Racional.

Segundo Almeida (1995), apesar do pequeno número de aulas-régias criadas na colônia, pode-se dizer que, no início do século XIX, qualquer pessoa com alguma educação acima da alfabetização, em Portugal ou no Brasil, teria passado por elas e, portanto, teria alguma formação em retórica.

Cumprir ainda notar que, a exemplo de Portugal, em 1827, quando se criaram as escolas de Direito no Brasil, o exame de retórica figurava entre os demais exigidos para ingresso na universidade. ^{viii}

Como se vê, mesmo após a expulsão dos jesuítas, a retórica no Brasil, na esteira de Portugal, continuou sendo, no dizer de Carvalho (1998 p. 149), "uma insígnia que convinha ostentar," um diferencial de que ninguém poderia abrir mão. Para Carvalho, a importância da retórica no Brasil evidencia-se também no fato de terem sido publicados inúmeros manuais de retórica ainda no Brasil Colônia. Foi publicado em 1794, por Bento Soto-Maior e Menezes, o *Compêndio Rhetórico ou Arte Completa de Rhetórica*. Este livro pretendia ser um método para facilitar o aprendizado da retórica, seguindo as ideias de Verney. Tinha como público alvo pessoas que se interessavam pela arte, mas que não queriam frequentar cursos. Tal investimento evidencia certa popularização da retórica, para além dos meios acadêmicos. Um dos principais conselheiros de D. João VI, Silvestre Pinheiro Ferreira, que posteriormente veio a ser ministro, após a chegada da corte ao Brasil em 1808, abriu um curso de filosofia e de teoria do discurso e da linguagem. Como não havia manuais adequados disponíveis, ele próprio escreveu um compêndio dedicado principalmente ao ensino da retórica, publicado entre 1813 e 1820, sob o título de *Preleções Philosophicas*. A retórica de Pinheiro Ferreira era também inspirada na de Verney. Para o autor das *Preleções*, a retórica não deveria ficar separada da Lógica e da Gramática, a teoria do raciocínio deveria estar vinculada à teoria da linguagem: pensar com clareza e falar com clareza.

Em suma, a retórica não deveria ser enfeite, mas instrumento cotidiano de argumentação e persuasão. Também Lopes Gama, antigo professor de retórica de um colégio em Pernambuco, padre e jornalista na década de 1830, publicou um grande compêndio dedicado à eloquência nacional. Esta obra, que realçava a importância da retórica, teve o mérito de buscar se adaptar ao português brasileiro. Inspirou-se em Aristóteles, Cícero e Quintiliano, além de em outros autores mais modernos. Para Lopes Gama, a parte mais importante da retórica é o estilo, a *elocutio*. Entende que o poder da eloquência está no estilo: "... por quanto as cousas não valem tanto pelo que dizem, como pelo modo, e teor, por que se dizem." (Lopes Gama, 1846, p.24) O compêndio de Gama, a não ser quanto a uma maior ênfase na *elocutio* não difere muito dos anteriores. Isso mostra que a tradição portuguesa do ensino da retórica é que predominava no Brasil.

Roberto Acízelo de Souza (1999), em seu livro *O império da eloquência: Retórica e Poética no Brasil oitocentista*, constatou a importância da retórica no Brasil, dado o grande número de publicações sobre retórica e poética, 34 livros, geralmente tratadas em conjunto, entre 1810 e 1886. Consideradas as condições editoriais da época em questão, esse número é realmente muito expressivo.

A “morte” oficial da retórica no Brasil

Na segunda metade do século XIX, quando se deu o processo de consolidação do estado brasileiro e a construção da nação, a grande tônica foi a educação pública. Uma vez constatada a inviabilidade da manutenção das aulas-régias, que, dentre outros defeitos, exigiam a locomoção dos alunos ao domicílio dos mestres, foi fundado o Imperial Colégio de Pedro II, equivalente ao Colégio das Artes de Coimbra, em 2 de dezembro de 1837, por decreto do Ministro Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, e inspirado nas melhores instituições de ensino da França. Esse colégio passou a ser o modelo do ensino oficial no Brasil.

O Colégio Pedro II, desde sua fundação em 1837, por 54 anos contou também com a retórica em seu currículo. Segundo Roberto Acízelo de Souza (1999), foi notável o papel do Colégio de Pedro II no ensino dessa disciplina durante o século XIX. Dentre as publicações sobre retórica arroladas por esse autor, muitas foram de autoria de vários professores do Colégio Pedro II. Segundo Souza, os compêndios mais usados no Colégio Pedro II foram a *Nova Rhetórica Brasileira* (1860), de Antônio Marciano da Silva Pontes, as *Lições Elementares de Eloquência Nacional* (1834), de Francisco Freire de Carvalho, o *Compêndio de Rhetórica e Poética* (1879), do Cônego Manoel da Costa Honorato, professor do Colégio; e as *Lições de Rhetórica* (1882), do Dr. José Maria Velho da Silva.

O perfil do Colégio Pedro II, quando da sua criação, se inseria na concepção humanística, uma concepção de educação clássica e erudita, que privilegiava o conhecimento do latim, do grego e das línguas estrangeiras, notadamente o francês, o que permitiria ao brasileiro, privilegiado com esse ensino, o trânsito no mundo civilizado: no mundo da literatura e da retórica, no mundo imperialista.

Seu primeiro currículo foi, pois, inspirado nesse espírito humanista. Vejamos:

1º ano: português; latim; francês; aritmética; geografia.

2º ano: latim; francês; inglês; aritmética; geografia.

3º ano: latim; francês; inglês; aritmética; álgebra; geografia; história da Idade Média.

4º ano: latim; inglês; geometria; história moderna e contemporânea; botânica e zoologia.

5º ano: latim; inglês; trigonometria; física, botânica e zoologia; grego e alemão.

6º ano: latim; grego; alemão; italiano; filosofia (lógica e metafísica); retórica; história antiga; química e física.

7º ano: latim; grego; alemão; filosofia moral e história da filosofia; retórica e poética; análise e crítica dos clássicos portugueses; história da literatura portuguesa e nacional; química, geologia e mineralogia. (Andrade, 1999, p. 77) (grifos nossos)

Este currículo sofreu algumas reformas de tempos em tempos: em 1857, em 1860 e em 1878. Foram, no entanto, reformas menores, pontuais, que não chegaram a afetar o espírito humanista que inspirou sua concepção.

Foi só em 1891, portanto depois da Proclamação da República, que se deu uma reforma que abalou os alicerces do ensino no Brasil. Benjamim Constant, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios, da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, baseado nas ideias de Augusto Comte, elaborou uma reforma de ensino de clara orientação positivista, que defendia a soberania dos cientistas e uma educação que visava a anular as tensões sociais do país.

O plano de curso proposto estava, portanto, de acordo com o projeto pedagógico da educação científica, coerente com o que preceituava o discurso do positivismo crítico que postulava

[...] que as construções do espírito positivo eram essencialmente objetivas e que deveriam constituir uma representação real da ordem universal, a partir da correspondência biunívoca entre os fenômenos mais simples e mais gerais e os mais difíceis e os mais específicos. (Barbosa, 1972, p. 25)

A classificação das ciências proposta por Comte foi utilizada para determinar a ordem de estudo dos fenômenos matemáticos, astronômicos, físicos, químicos, biológicos e sociais. Os estudos de teologia e metafísica cederam lugar à história e à sociologia. E a retórica foi então, oficialmente, eliminada do currículo.

Foi estabelecido, então, o seguinte currículo obrigatório para o ensino secundário:

1º Ano: Aritmética e álgebra, português, francês, latim, geografia, desenho, ginástica e música;

2º Ano: Geometria e trigonometria, português, francês, latim, desenho, ginástica e música;

3º Ano: Geometria, álgebra, cálculo diferencial e integral, geometria descritiva, latim, inglês ou alemão, desenho, ginástica e música. Revisão inicial;

4º Ano: Mecânica e astronomia, inglês ou alemão, grego, desenho, ginástica e música. Revisão de cálculo, geometria, português, francês, latim e geografia;

5º Ano: Física e química, inglês ou alemão, grego, desenho, ginástica e música. Revisão de cálculo, geometria, mecânica, astronomia, geografia, português, francês e latim;

6º Ano: Biologia, zoologia e botânica, meteorologia, mineralogia, geologia, história universal, desenho e ginástica. Revisão de cálculo, geometria, mecânica, astronomia, química, francês, inglês ou alemão, grego e geografia;

7º Ano: Sociologia, Moral, noções de Direito e economia política, História do Brasil, *história da literatura nacional*, e revisão geral. (Andrade 1999, p. 86) (grifos nossos)

A retórica no Brasil após a reforma de Benjamin Constant

Entretanto, apesar de banida do ensino no Brasil pela reforma positivista, a retórica sobreviveu e sobrevive. Na esteira do que ocorreu em Portugal, conforme constatamos, (Mendes, 2010a, pp. 339-346 e 2010b, pp. 125-147), nas gramáticas brasileiras—desde as mais antigas, como as de Júlio Ribeiro (1881), de João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (1887), Pacheco e Silva e Lameiro de Andrade (1888), Noronha Massa (1888), Ernesto Carneiro Ribeiro (1890), Eduardo Carlos Pereira (1907), até as contemporâneas—reservam espaço para alguma matéria retórica, embora, segundo Hansen (1994, p.37), uma retórica reduzida à *elocutio*, na qual, as figuras e tropos constituem uma como que “[...] teoria de afastamento, desvio ou rupturas discursivas, que passam a fazer parte dos manuais de gramática com o nome geral de ‘Tropos e figuras’ ou ‘Figuras de estilo.’” A última gramática publicada no Brasil, em 2008, de Evanildo Bechara, ainda apresenta matéria da retórica.

Quanto ao ensino, a retórica, embora oficialmente excluída, continuou influenciando as aulas de língua e literatura vernáculas. Segundo Magda Soares (2001, p.151), "a mudança de denominação não significou mudança no objeto e no objetivo dos estudos da língua." A disciplina Português manteve, até os anos 40 do século XX, a tradição da gramática, da retórica e da poética.

Segundo essa autora, a permanência da tradição retórica, mesmo após sua extinção do currículo, se deve a fatores externos e a fatores internos à disciplina. São fatores externos o fato de a escola ter continuado a servir os grupos privilegiados, os únicos que tinham acesso ao ensino, que pertenciam a contextos letrados e que já chegavam à escola dominando a norma culta e já com hábito de leitura e de escrita. Para esses grupos de elite era interessante manter-se o *status quo*. Entende-se por fatores internos, principalmente, a falta de alternativas para o ensino do vernáculo. Só se conhecia a gramática, a retórica e a poética, saberes herdados da tradição. Assim, embora a disciplina curricular já tivesse passado a se chamar Português, persistiram, embutidas nela, as disciplinas anteriores.

Óbvio é que não se muda, por um toque de mágica, a cabeça de toda uma geração de professores formados dentro da tradição humanística, imbuídos de valores da retórica. A influência da retórica se fez sentir, embora cada vez menor, até por volta da década de 1950. Segundo Soares (2001, p. 152), a partir dos anos 50 começa a ocorrer no Brasil modificação nas condições de ensino e de aprendizagem do Português, o que se deveu somente a fatores externos: uma progressiva transformação das condições sociais e culturais e, sobretudo, das possibilidades de acesso à escola. Não houve influência de fatores internos, uma vez que não ocorreu

grande alteração nos conhecimentos sobre a língua; continuou-se a valorizar a gramática e a língua era concebida como instrumento de expressão para fins retóricos e poéticos. Não houve, portanto, alteração significativa no objeto e nos objetivos do ensino do Português até então.

A retórica e a poética, em todo o mundo, foram se transformando em estudos estilísticos, tal como hoje os conhecemos, e, em decorrência do desprestígio da oratória, deixou-se de enfatizá-la e passou-se a dar maior realce à língua escrita.

Paulatinamente, no entanto, mesmo esses saberes remanescentes foram sendo relegados e substituídos por outros, sob a influência do positivismo e do cientificismo, que se difundiu pelo mundo todo, a partir de Descartes. Para Soares (2001, p. 152), foi somente a partir da segunda metade dos anos oitenta que novas teorias desenvolvidas na área das ciências linguísticas começaram a alterar fundamentalmente essa situação. Essas teorias foram introduzidas nos currículos de formação de professores a partir dos anos 60: primeiro foi a Linguística, mais tarde, a Sociolinguística, mais recentemente, a Linguística Aplicada, a Psicolinguística, a Linguística Textual, a Pragmática e a Análise do Discurso. Mas foi só bem depois que essas ciências começam a chegar à escola, "aplicadas" ao ensino da língua materna.

Como se vê, apesar da grande aversão de que a retórica passou a ser alvo a partir de fins do século XIX, paradoxalmente ela continuou a influenciar ainda por muito tempo. Pode-se entender que a retórica, pelo menos oficialmente, só deixou na verdade de influenciar o ensino no Brasil a partir da metade dos anos oitenta.

Apesar de ser necessário reconhecer os aspectos negativos da retórica vigente à época de seus estertores, em fins do século XIX, cumpre também reconhecer que se tornou tão grande a aversão pelo nome retórica que passou a ocorrer uma como que cegueira no não reconhecimento dos aspectos positivos dessa arte milenar. Em decorrência, não se levou em conta o ditado que recomenda cuidados ***para não jogar fora a água do banho com a criança dentro ...***

Coincidentemente, quanto mais distante ficou a retórica, pior foi ficando o ensino do vernáculo no Brasil, conforme constatamos em estudo recente (Mendes, 2009, pp. 339-346, 2010a, p. 213). No nosso entender, a despeito do desenvolvimento dos estudos linguísticos e pedagógicos, o vazio deixado pela exclusão da retórica e da pedagogia retórica de nossos currículos não foi até hoje adequadamente preenchido. Prova disso é o fato de que a apesar de tantas novas teorias linguísticas, tanta reflexão, tantas posturas diversas, tantas novidades, tanto investimento em pesquisa, o que a sociedade espera da nossa área, teorias e práticas que levem a ensinar a ler e escrever adequadamente, não tem sido atingido. Há consenso quanto ao fracasso do ensino do vernáculo no Brasil. As diversas avaliações oficiais o confirmam: não se sabe ler, não se sabe escrever. E também não se conhece a gramática.

O caráter retórico do brasileiro

Nem todos, no entanto, reconhecem os benefícios da retórica. Segundo alguns estudiosos da cultura brasileira, como Oliveira Viana, Moraes e Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bomfim, a influência da retórica na formação do caráter do brasileiro foi nociva. Bomfim, médico e ensaísta, fez enérgica crítica à carência de espírito de observação do brasileiro bem como à predominância de um discurso livresco na América Latina, inclusive no Brasil:

Por toda a parte, a verbiagem oca, inútil e vã, a Retórica, ora técnica, ora pomposa, a erudição míope, o aparato de sabedoria, uma algaravia afetada e ridícula, resumem toda a elaboração intelectual. O verbocinante é o sábio. [...] Vem daí esta mania de citação, tão generalizada nas lucubrações dos letrados sulamericanos; quem mais cita mais sabe, um discursador é um homem apto para tudo. Aceitam-se e proclamam-se os mais altos representantes da intelectualidade: os retóricos inveterados, cuja palavra abundante e preciosa impõe-se como sinal de gênio, embora não se encontrem nos seus longos discursos e muitos volumes nem uma idéia original, nem uma só observação própria. (Bomfim, 1993, pp.170-171, apud Carvalho, 1998, p. 129)

Para Oliveira Viana, (Viana, citado por Carvalho, 1998, p. 129) na esteira das ideias de Bomfim, o brasileiro adquiriu uma tendência para a “política silogística,” para o bacharelismo e o verbalismo. Também Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 1984, pp. 50-51 citado por Carvalho, 1998, p. 129) partilhava do ponto de vista de que os brasileiros tinham uma natureza retórica. Ao brasileiro, segundo ele, não agradavam as especulações intelectuais. Teria antes “amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara.” Inteligência, para o brasileiro, era o ornamento, não os instrumentos de conhecimento e de ação. Uma consequência desse prestígio da palavra escrita, dessa crença no poder das palavras, foi o bacharelismo, a fascinação pelo título de doutor. Holanda atribui esse gosto à aversão ao trabalho manual, característica própria de uma sociedade em que por longos anos dominou a escravidão, e à decorrente sobrevalorização da atividade intelectual.

Carvalho (1998), que comunga com os pontos de vista dos estudiosos por ele mencionados, entende que a retórica no Brasil, compreendida como um fenômeno sociocultural e psicológico, contaminou principalmente o discurso do bacharel, que, muitas vezes, na ausência de um conteúdo defensável, usava um tipo de retórica desprovida de conteúdo, só cuidando do estilo, como ensinavam os jesuítas. Para esse estudioso, (1998, p.130), no entanto, embora ele concorde com tais pontos de vista, o que mais interessa na citação de Manoel Bomfim (Bomfim, 1993, pp.170-171, apud Carvalho, 1998, p. 129) não é a crítica à retórica, mas o estilo retórico em que a crítica é feita. Apesar da formação médica de Bomfim, portanto técnica, baseada na observação dos fatos e não no uso da palavra, faz uma longa crítica à retórica,

paradoxalmente usando o corrente estilo retórico que ele próprio criticava, enfeitado e cheio de redundâncias e repetições. Para Carvalho, não há melhor índice do domínio da retórica do que o fato de se utilizar dela própria para a atacar.

Embora reconheçamos que a concepção de retórica como ornamento não é o melhor modelo de retórica, não concordamos com esses historiadores quanto à tese de que isso possa ter causado alguma deturpação no caráter do brasileiro. Isso porque essa modalidade de retórica, que sobreviveu, embora desprestigiada, até o fim do século XIX, não era exclusividade do Brasil. Portanto, a adotar essa tese, teríamos que admitir que essa retórica teria deturpado o caráter não só dos brasileiros, mas também de outros povos.

Interessou-nos aqui, principalmente, registrar um diagnóstico da presença da retórica na cultura nacional. Embora por muitos criticada, e mesmo desprezada, marcou profundamente nossas letras e nosso ensino.

Considerações finais

Felizmente, é de se comemorar que no século XX, época caracterizada por grandes mudanças—pela renúncia a alguns ideais científicos, pelo desgaste dos formalismos e dos positivismos—uma virada filosófica, o *linguistic turn*, tenha aberto espaço para que se reconhecesse a fragilidade da linguística positivista que não dá conta das forças textuais e discursivas. Isso apelou por uma revisão dessa teoria linguística, levando ao desenvolvimento de linguísticas do nível do texto e do discurso e, em decorrência, a um reajustamento da nossa visão da retórica. É de se comemorar, também, que hoje, no Brasil, já se faz evidente o retorno de um grande interesse acadêmico por essa antiga arte. Principalmente após as publicações de obras de Perelman no Brasil, vários estudiosos começaram a considerar a retórica como um objeto digno de estudo. Sobretudo os estudos da persuasão passaram a ocupar lugar de destaque, recebendo hoje uma abordagem interdisciplinar da qual participam filósofos, linguistas, semioticistas, juristas e estudiosos da comunicação, além de pedagogos e psicólogos que têm se valido dos ensinamentos retóricos. Cumpre ainda registrar os trabalhos desta autora (2008 e 2010b), que buscam resgatar a pedagogia retórica para o ensino da língua portuguesa, principalmente no que se refere à produção textual.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar uma evidência inquestionável da revalorização da retórica no Brasil: a recente fundação da Sociedade Brasileira de Retórica, em setembro de 2010, que já conta com 124 associados. Vislumbra-se desde já a consolidação dessa área de estudos entre nós.

Notas

ⁱ Não só no Brasil, mas em todo o mundo, após Descartes a retórica se afastou do ideal ciceroniano. Segundo Conley (1990), apesar de os jesuítas terem sido os críticos mais severos do positivismo, eles praticamente criaram uma nova Retórica para adaptá-la a essa filosofia. Adotaram o rigor geométrico, o ponto de vista de que persuasão não é convencimento e, a partir daí, começaram a mudar a ordem de apresentação dos cânones da Retórica, dando lugar primeiramente à *elocutio*, portanto privilegiando o estilo, o ornamento, e só depois à *inuentio* e à *dispositio*, o que se pode ver nas obras retóricas jesuítas *Ratio Discendi*, de Juvêncio, de 1692, e a edição revista de *Candidatus rhetoricae*, de Pomey, de 1711.

ⁱⁱ Quanto à literatura, há que se considerar que até os séculos XVII e XVIII ainda não havia atividade literária genuinamente brasileira. O que tivemos, na verdade, além de Vieira, com seus magistras sermões, foram alguns autores que, inspirando-se em fontes portuguesas e espanholas, produziram aqui textos com características barrocas. Desses escritores merecem destaque Gregório de Matos, Bento Teixeira e Manoel Botelho de Oliveira.

ⁱⁱⁱ Essa versão da *Ratio Studiorum* vigorou até 1773, quando a ordem Jesuíta foi extinta. Nova versão foi criada, em 1832, quando foi reativada a Companhia de Jesus.

^{iv} A princípio, o livro didático adotado era *De arte Rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano*, do jesuíta português Cipriano Soares, publicado em 1562, que foi o manual de retórica a que a *Ratio Studiorum* assegurou propagação universal. Foi adotado em todos os colégios da Companhia de Jesus. Posteriormente, ainda no período jesuítico, foi substituído por *A Arte da gramática*, do Padre Manoel Álvares.

^v O Marquês de Pombal (1699-1782) exerceu diversos cargos em Portugal, durante o reinado do rei D. José. Foi figura notável e polêmica, sendo o principal responsável pela expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias. Pombal ficou conhecido pelo grande impulso que deu à educação em seu país, parte de seu plano de atualizar Portugal em relação ao restante da Europa.

^{vi} Cumpre lembrar que, nessa época, a retórica jesuítica tinha se adequado ao cartesianismo, passando a dar maior ênfase ao estilo, dada a incompatibilidade da teoria retórica com as ideias positivistas.

^{vii} A posição de Verney em relação à retórica, embora seja hoje muito louvável, na época, pode ser considerada um retrocesso. Sua obra foi publicada 109 anos após o Discurso do Método, de Descartes e 35 anos após as obras jesuítas que adequaram a retórica ao positivismo. Porém, se, por um lado, Verney, inspirando-se em John Locke, defende ideias positivistas, então modernas, revelando-se um fervoroso adepto da verdade, da exatidão, da razão, paradoxalmente, por outro lado, defende o retorno à retórica clássica, a Aristóteles, Cícero, Quintiliano e Longino.

viii As matérias eram Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia e Retórica.

Referências

Almeida, Anita Correia Lima de. (1995). *A república das letras na corte da América portuguesa: a reforma dos Estudos Menores no Rio de Janeiro setecentista*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Andrade, Antônio Alberto Banha de. (1981). *A reforma pombalina dos estudos secundários -1759-1771*. Coimbra: Ordem da Universidade.

Andrade, V.L. C. Queiroz. (1999) *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Tese de doutorado inédita. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

_____. A reforma da Instrução Pública de 1890 do Ministro Benjamin Constant. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, nº 18, 2011, PP. 32- 41.

Barbosa, L. B.H. (1972). *Sociologia positiva*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil.

Battistini, A. (1981). I manuali di retorica dei gesuiti. In: BRIZZI, G.P.(Ed.), *La ratio studiorum. Modelli culturali e pratiche educative dei gesuiti in Italia tra cinque e seicento* (pp. 77-120). Centro Studi Europa delle Corti, Biblioteca del Cinquecento, Roma: Bulzoni.

Bomfim, Manoel. (1993). *A América Latina*. Males de origem. (1a. ed. 1905) Rio de Janeiro: Topbooks.

Carvalho, J. Murilo. (1998). Historia intelectual: la retorica como clave de lectura. *Prismas. Revista de Historia*, Quilmes, Argentina, 1(2), 149-168.

Conley, T.M. (1994). *Rhetoric in the european tradition*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Ferreira, Silvestre Pinheiro. (1813). *Preleções philosophicas sobre a theórica do discurso e da linguagem, a esthética, a diceósyna, e a cosmologia*. Rio de Janeiro: Na Imprensa Régia.

- Hansen, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. (2006). In: *FLOEMA Caderno de Teoria e História Literária*. 1(1), 1-222. Vitória da Conquista: Edições UESB. (Especial João Adolfo Hansen).
- Lopes Gama, Miguel do Sacramento. (1846) *Lições de eloquência nacional*. Rio de Janeiro: Paula Brito.
- Massimi, M.; e Freitas, G. R. (2007). Acomodação Retórica e Adaptação Psicológica na Pregação Popular dos Jesuítas na Terra de Santa Cruz. *Mnemosine. Revista da ClioPsyché da UERJ*. 3(1), 11-135.
- Mendes, Eliana A. M. (2010a). Gramática e Retórica. In: Neves, Maria Helena de Moura. *As interfaces da gramática*. Araraquara, SP: Editora Cultura Acadêmica.
- Mendes, Eliana A. M. (2010b). *A produção textual: revitalizando a pedagogia retórica*. Tese de professor titular inédita, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Menezes, Bento Rodrigo Pereira de Soto-Maior. (1794). *Compêndio rhetórico, ou arte completa de rhetórica com método facil para toda a pessoa curioza, sem frequentar as aulas saber a arte da eloquência: toda composta das mais sábias doutrinas dos melhores autores, que escreveram desta importante sciencia de falar bem*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Moraes, João Quartim de. (1993). Oliveira Viana e a democratização pelo alto. In: Bastos, Élide Rugai e Moraes, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Viana*. Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, pp. 87-130.
- Perelman, Chaïm. (2000a) *Lógica jurídica: a nova retórica*. Tradução de Virgínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. *Ética e direito*. (2000b) Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- Perelman, Chaïm e Olbrechts-Tyteca, Lucie.(1996) *Tratado da argumentação – A nova Retórica*. São Paulo, Martins Fontes.
- Pomey, F. de (1711). *Candidatus rhetoricae*. Coimbra: Ex.Typ. Regali Artium Collegio.

Ramos Carvalho, Laerte. (1978). *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Edusp.

Soares, Cipriano.(1562). *De Arte Thetorica Libri Três*. Conimbricae.

Soares, Magda G. (2001). Que professores de português queremos formar? *Movimento. Revista da Faculdade de Educação da UFF*. Niterói: UFF (3) p. 149-155.

Souza, Roberto Acízelo de. (1999). *O Império da eloquência. Retórica e Poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF.

Verney, Luís Antônio.(1991). *Verdadeiro método de estudar (Cartas sobre retórica e poética)*. Introdução e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires. [1^a.ed.1746] Lisboa: Editorial Presença.

Vieira, Padre Antônio. (1965). *Sermões escolhidos* - vol. II, Edameris : São Paulo.